



... continuação

### Brasol Participações e Empreendimentos S.A.

As técnicas de avaliação utilizadas para mensurar os valores justos dos ativos imobilizados foram a de comparação de mercado e técnica de custo, onde o modelo de avaliação considera os preços de mercado para itens semelhantes, quando disponível, e o custo de reposição depreciado, quando apropriado. O custo de reposição depreciado reflete ajustes de deterioração física, bem como a obsolescência funcional e econômica. As técnicas de avaliação utilizadas para mensurar os valores justos dos ativos intangíveis (direitos contratuais) adquiridos foram as seguintes: • No contexto das aquisições realizadas, a Companhia identificou contratos Built-to-Suit ("BTS") com prazos determinados como ativos intangíveis separáveis, em razão de sua capacidade de gerar benefícios econômicos futuros por meio de receitas contratuais de longo prazo associadas aos ativos adquiridos. • O valor justo desses ativos intangíveis foi apurado com base na expectativa de fluxos de caixa futuros gerados durante a vigência contratual dos respectivos BTS. Após o término desses contratos, a geração de receitas dos ativos correspondentes poderá ocorrer em condições comerciais distintas, sujeitas às condições de mercado então vigentes. • Para a mensuração do valor justo na data de aquisição, a Companhia utilizou a metodologia Multi-Period Excess Earnings Method ("MPEEM"), por meio da qual foi isolado o fluxo de caixa atribuível aos contratos BTS, líquido dos retornos requeridos sobre os ativos contribuintes utilizados na geração desse fluxo de caixa. **Compra vantajosa:** A diferença resultante entre a contraprestação e o valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos demonstrados acima originou

um ganho por compra vantajosa conforme apresentado na tabela abaixo:

	UFV Salti- Nho	UFV Mara- taizes	UFV Con- córdia	UFV Ita- perceira	UFV Total
Contraprestação transferida (a)	17.248	15.632	41.859	19.495	12.824
Valor justo dos ativos líquidos identificáveis	17.248	15.632	41.859	19.495	108.927
<b>Compra vantajosa (b)</b>	-	-	-	-	<b>(1.869)</b>

(a) A contraprestação envolvida nesta operação considera o valor justo de todos os pagamentos e dívidas incorridos nesta operação, incluindo os pagamentos relacionados a eventos futuros (earn-out, nota explicativa 21). (b) A compra vantajosa compreende o preço de aquisição ajustado inferior ao patrimônio líquido contábil da UFV Itaperceira. O ganho por compra vantajosa foi reconhecido no resultado, em outras receitas (despesas) líquidas (nota explicativa 27). **Custos relacionados à aquisição:** No exercício de 31 de dezembro de 2025, a Companhia incorreu em custos relacionados à aquisição de ativos de RS 316, destinados a honorários advocatícios, serviços de consultoria, auditoria e custos de due diligence. Os custos relacionados à aquisição foram registrados como "despesas gerais e administrativas" nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

radas ao valor justo em cada data de relatório e as alterações subsequentes ao valor justo são registradas no resultado do exercício. A administração contrata especialistas externos para mensuração do valor justo dos ativos identificáveis adquiridos, dos passivos e dos passivos contingentes assumidos e para determinação do purchase pricing allocation (PPA). As premissas para a determinação do PPA se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data de aquisição. (ii) **Controlados:** O Grupo controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos ao exercer seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. (iii) **Participação de acionistas não-controladores:** O Grupo elegeu mensurar qualquer participação de não controladores, inicialmente, pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição. Mudanças na participação da Companhia em uma controlada que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido. (iv) **Perda de controle:** Quando o Grupo perde o controle sobre uma controlada, ele desreconhece os ativos e passivos, bem como qualquer participação de não-controladores e de outros componentes registrados no patrimônio líquido, referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda decorrente da perda de controle é reconhecido no resultado. Se o Grupo retém qualquer participação na controlada antiga, essa participação é mensurada pelo valor justo na data da perda de controle. (v) **Transações eliminadas na consolidação:** Saldos de transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas (exceto para ganhos ou perdas em moeda estrangeira) não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas na mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. Saldos, transações intergrupo e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intergrupo são eliminadas na preparação das demonstrações contábeis consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com controladas investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na entidade investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. **B. Operação descontinuada:** Uma operação descontinuada é um componente de um negócio do Grupo que compreende operações e fluxos de caixa que podem ser claramente distintos do resto do Grupo e que: • Representam uma importante linha de negócios separada ou área geográfica de operações; • São parte de um plano individual coordenado para venda de uma importante linha de negócios separada ou área geográfica de operação; ou • São de uma controlada adquirida exclusivamente com o objetivo de revenda. A classificação como uma operação descontinuada ocorre mediante a alienação, ou quando a operação atende aos critérios para ser classificada como mantida para venda, se isso ocorrer antes. Quando uma operação é classificada como uma operação descontinuada, as demonstrações do resultado e do resultado abrangente comparativas são representadas como se a operação tivesse sido descontinuada desde o início do período comparativo. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, as controladas vendidas foram adquiridas no mesmo exercício (nota explicativa 1.2 e 31). **c. Imobilizado:** Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou de construção, deduzido da depreciação acumulada e da perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Custos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros decorrentes dos custos sejam auferidos pelo Grupo. Os custos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado. A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado, com base no método linear, considerando as vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revisados a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. **d. Intangível:** Os intangíveis têm uma vida útil alinhada à duração máxima dos contratos vigentes. Esses intangíveis são mensurados a custo, menos a amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A amortização dos intangíveis é realizada conforme o método linear, sendo reconhecida como resultado, com base na vida útil estimada dos ativos intangíveis na data de disponibilidade para uso, ou, na interconexão efetiva, proporcionalmente reduzida. Os métodos de amortização, vida útil e valores residuais são revisados anualmente e ajustados, se aplicável. O ágio é mensurado ao custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. **e. Benefícios a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas, conforme o serviço relacionado seja prestado. **Pagamentos baseados em ações:** O valor justo do montante a pagar aos empregados com relação aos direitos sobre a valorização das ações, que são liquidados em caixa, é reconhecido como despesa com um correspondente aumento no passivo durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito ao pagamento. O passivo é remensurado a cada data de balanço e na data de liquidação, baseado no valor justo dos direitos sobre valorização das ações. Quaisquer mudanças no valor justo do passivo são reconhecidas no resultado como despesas de pessoal. O Grupo possui contratos de opções de compra de ações outorgados a determinados executivos, cujo vesting está condicionado a mecanismos contratuais que incluem a avaliação pelo Conselho de Administração, em conjunto com referências a indicadores de desempenho em pilares financeiros, de desempenho de projetos e de ESG (Environmental, Social and Governance (Ambiental, Social e Governança)). Contudo, para períodos futuros, não há definições quantitativas estabelecidas que permitam a mensuração confiável e objetiva do atingimento dessas condições. Além disso, o Conselho de Administração desempenha papel determinante na avaliação e aprovação do vesting dessas opções, podendo deliberar sobre sua efetivação (ou não) mesmo diante de limitações na mensuração objetiva dos indicadores de performance. Em função dessa característica e da ausência de parâmetros mensuráveis para períodos futuros, a Administração concluiu que não é possível estimar com segurança a probabilidade de ocorrência do vesting, e nem que é provável a aprovação do benefício, pelo qual não foram reconhecidas despesas ou provisões relacionadas a tais eventos futuros nestas demonstrações financeiras. **f. Arrendamento:** No início de um contrato, o Grupo avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. (i) **Como arrendatário:** Na data de início do contrato de arrendamento, o Grupo reconhece um ativo de direito de uso e o correspondente passivo de arrendamento pelo valor presente dos pagamentos futuros, descontados pela taxa de empréstimo incremental do Grupo, quando a taxa implícita do contrato não puder ser determinada. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, compreendendo o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, acrescido de quaisquer pagamentos efetuados até a data de início e custos diretos iniciais incorridos. Em razão da natureza operacional dos contratos de arrendamento firmados pelo Grupo, diretamente vinculados à operação de usinas de energia, o ativo de direito de uso é integralmente baixado na data de entrada em operação comercial da usina (Commercial Operation Date – COD), momento em que o ativo passa a ser efetivamente utilizado para fins de geração de energia. Dessa forma, o Grupo não procede à depreciação mensal do ativo de direito de uso, reconhecendo seu valor integralmente no resultado do período em que ocorre a energização, em conformidade com a essência econômica da operação. O passivo de arrendamento é mensurado ao valor presente dos pagamentos futuros, descontados pela taxa de juros implícita ou, caso não esteja disponível, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo. Esta taxa é calculada com base em taxas de juros de fontes externas, ajustadas para refletir os termos do arrendamento. Conforme o CPC 06 (R3), pagamentos de arrendamento incluem: • pagamentos fixos, • pagamentos variáveis dependentes de índice ou taxa, • valores garantidos pelo arrendatário e • preço de exercício para opções de compra, se o arrendatário for exercer essa opção. O passivo de arrendamento é ajustado quando houver alterações nos pagamentos decorrentes de índices, taxas, ou decisões sobre opções de compra ou rescisão. Correspondentes ajustes são feitos no ativo de direito de uso ou diretamente no resultado. Para arrendamentos de baixo valor e de curto prazo, como equipamentos de TI, o Grupo optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento e contabiliza os pagamentos linearmente como despesa durante o período do arrendamento. (ii) **Como arrendador:** No início ou na modificação de um contrato com componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação com base em preços independentes. Como arrendadoras, determinam se cada arrendamento é financeiro ou operacional, avaliando se há transferência substancial de riscos e benefícios do ativo. Esse critério, classifica o arrendamento como financeiro; caso contrário, é operacional, considerando aspectos como a duração do arrendamento em relação à vida útil do ativo. Quando o Grupo atua como arrendadores intermedeários, contabilizam separadamente o arrendamento principal e o subarrendamento, classificando o subarrendamento conforme o ativo de direito de uso do contrato principal. Se o arrendamento principal for de curto prazo, aplica-se uma isenção, classificando o subarrendamento como operacional. Nos acordos com componentes de arrendamento e de não arrendamento, aplica-se o CPC 48 - Instrumentos Financeiros para o desreconhecimento e a redução ao valor recuperável do investimento líquido no arrendamento, revisando regularmente os valores residuais não garantidos utilizados no cálculo do investimento bruto. **g. Capital social: (i) Ações ordinárias:** As ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. (ii) **Ações preferenciais:** As ações preferenciais da Companhia são classificadas como capital social, pois elas não preveem nem um prazo específico de resgate nem uma remuneração anual fixada por conceito de juros. **h. Reconhecimento da receita:** A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. O Grupo reconhece a receita quando transferir o controle sobre o produto ou serviço ao cliente. A tabela abaixo fornece informações sobre a natureza e a época de cumprimento das obrigações de performance em contratos com clientes, incluindo condições de pagamento significativas e políticas de reconhecimento de receita relacionadas.

### 1.3 Relação de entidades controladas: Veja política contábil a nota explicativa 7a. Apresentada abaixo a lista das controladas diretas e indiretas da Brasol:

Denominação	Controladora	Participação acionária 2025	Participação acionária 2024
Brasol Soluções Energética Ltda. (i)	BSOL	Brasol	Direta 100%
Brasol Sistemas de Energia Solar 2 Ltda. (ii)	BSE2	Brasol	Direta 100%
Brasol Sistemas de Energia Solar 3 Ltda. (ii)	BSE3	Brasol	Direta 100%
Brasol Sistemas de Energia Solar 4 Ltda. (ii) (vii)	BSE4	BSOL	Indireta 100%
Brasol Sistemas de Energia Solar 5 Ltda. (ii)	BSE5	Brasol	Direta 100%
Brasol Sistemas de Energia Solar 6 Ltda. (ii)	BSE6	Brasol	Direta 100%
Brasol Sistemas de Energia Solar 7 Ltda. (ii)	BSE7	Brasol	Direta 100%
Brasol Sistemas de Energia Solar 8 Ltda. (ii) (vii) (viii)	BSE8	Brasol	-
Brasol Sistemas de Energia Solar 9 Ltda. (ii)	BSE9	Brasol	Direta 100%
Brasol Sistemas de Energia Solar 10 Ltda. (ii)	BSE10	Brasol	Direta 100%
Brasol Sistemas de Energia Solar 11 Ltda. (ii) (vii)	BSE11	BSOL	Indireta 100%
Brasol Sistemas de Energia Solar 12 Ltda. (ii)	BSE12	Brasol	Direta 100%
Brasol Sistemas de Energia Solar 13 Ltda. (ii)	BSE13	Brasol	Direta 100%
Brasol Sistemas de Energia Solar 14 Ltda. (ii) (vii)	BSE14	BSOL	Indireta 100%
Brasol Sistemas de Energia Solar 15 Ltda. (ii)	BSE15	Brasol	Direta 100%
Brasol Sistemas de Energia Solar 16 Ltda. (ii)	BSE16	Brasol	Direta 100%
Brasol Sistemas de Energia Solar 17 Ltda. (ii)	BSE17	Brasol	Direta 100%
Brasol Sistemas de Energia Solar 18 Ltda. (ii)	BSE18	Brasol	Direta 100%
Brasol Sistemas de Energia Solar 19 Ltda. (ii)	BSE19	Brasol	Direta 100%
Brasol Sistemas de Energia Solar 20 Ltda. (ii)	BSE20	Brasol	Direta 100%
Brasol Sistemas de Energia Solar 21 Ltda. (ii)	BSE21	Brasol	Direta 100%
Brasol Sistemas de Energia Solar 22 Ltda. (ii)	BSE22	Brasol	Direta 100%
Brasol Sistemas de Energia Solar 23 Ltda. (ii) (vii)	BSE23	BSOL	Indireta 100%
Brasol Sistemas de Energia Solar 24 Ltda. (ii) (vii)	BSE24	BSOL	Indireta 100%
Brasol Sistemas de Energia Solar 25 Ltda. (ii) (vii)	BSE25	BSOL	Indireta 100%
Brasol Sistemas de Energia Solar 26 Ltda. (ii) (vii)	BSE26	BSOL	Indireta 100%
Brasol Sistemas de Energia Solar 27 Ltda. (ii) (vii)	BSE27	BSOL	Indireta 100%
Brasol Sistemas de Energia Solar 28 Ltda. (ii) (vii)	BSE28	BSOL	Indireta 100%
Brasol Sistemas de Energia Solar 29 Ltda. (ii) (vii)	BSE29	BSOL	Indireta 100%
Brasol Sistemas de Energia Solar 30 Ltda. (ii) (vii)	BSE30	BSOL	Indireta 100%
Brasol Sistemas de Energia Solar 31 Ltda. (ii) (vii)	BSE31	BSOL	Indireta 100%
Brasol Sistemas de Energia Solar 32 Ltda. (ii) (vii)	BSE32	BSOL	Indireta 100%
Brasol Sistemas de Energia Solar 33 Ltda. (ii)	BSE33	Brasol	Direta 100%
Brama Sistemas de Energia MG Ltda. (ii)	BRAMA MG	BSE 11	Indireta 100%
Brama Sistemas de Energia RN Ltda. (ii)	BRAMA RN	BSE 15	-
Brama Sistemas de Operações e Manutenção Ltda. (ii)	BRAMA OPS	BSE 15	Indireta 100%
Catolé Locação de Equipamentos Ltda. (ii) (viii)	Catolé	BSE16	-
Frevo Locação de Equipamentos Energia Solar Ltda. (ii)	Frevo	BSE16	Indireta 100%
Garantido Locação de Equipamentos Ltda. (ii) (viii)	Garantido	BSE16	-
Lençóis Locação de Equipamentos Ltda. (ii) (viii)	Lençóis	BSE16	Indireta 100%
Luz do Sol Locação de Equipamentos Ltda. (ii)	Luz do Sol	BSE16	Indireta 100%
Rei do Sol Locação de Equipamentos Ltda. (ii) (viii)	Rei do Sol	BSE16	-
São Francisco Locação de Equipamentos Energia Solar Ltda. (ii)	São Francisco	BSE16	Indireta 100%
São José Locação de Equipamentos Energia Solar Ltda. (ii)	São José	BSE16	Indireta 100%
BC Aroeira Sistemas de Energia Solar Ltda. (vi)	Aroeira	BSE17	Indireta 100%
BC Paulista Sistemas de Energia Solar Ltda. (ii)	Paulista	Aroeira	Indireta 100%
BC Norte Sistema de Energia Solar Ltda. (ii)	SPE N	Aroeira	Indireta 100%
SPE Centro Oeste Sistemas de Energia Solar Ltda. (ii)	SPE CO	Aroeira	Indireta 100%
SPE Sudeste Sistema de Energia Solar Ltda. (ii)	SPE SE	Aroeira	Indireta 100%
Brasol Goiás Sistemas de Energia Solar S.A. (ii)	Geração	BSE19	Indireta 100%
BC Oti Geração e Comercialização de Energia Ltda. (vi)	Oti	Geração	Indireta 100%
BC Paineira Geração e Comercialização de Energia Ltda. (vi)	Paineira	Geração	Indireta 100%
Brasol Electric Vehicles Ltda. (iii)	BESS	Brasol	Direta 100%
Brasol Subestações de Energia Ltda. (ii)	BSUB	BSOL	Indireta 100%
Brasol Renewables Investment Company – BRIC Investimentos Ltda. (iv)	BRIC	Brasol	Direta 95%
Brasol Renewables Asset Management Ltda. (v)	BRAM	Brasol	Direta 100%
UFV Marataizes ES GD Ltda. (vi)	UFV Marataizes	Brasol	Direta 100%
UFV Concórdia ES GD Ltda. (vi)	UFV Concórdia	Brasol	Direta 100%
UFV Itaperceira ES GD Ltda. (vi)	UFV Itaperceira	Brasol	Direta 100%

(i) Executa operações de consultoria, assessoria, análise, avaliação, atendimento, consulta, seleção, manutenção, gerenciamento e administração de projetos de engenharia voltados à geração de energia. No caso da BSOL, ela detém todas as funções de suporte ao desenvolvimento, à construção e à gestão dos projetos da Companhia. Todo o BackOffice da Companhia transita pela BSOL, incluindo a folha de pagamento (com exceção da BRIC), os aluguéis de escritórios, bem como as atividades de operação e manutenção de todos os projetos da Companhia. (ii) Controlada especializada-se na locação e sublocação de módulos de energia solar e de máquinas e equipamentos comerciais e industriais sem operador e prestação de serviços de manutenção, limpeza, reparação e demais serviços correlatos para tais módulos de energia solar e referidas máquinas e equipamentos. (iii) Controlada especializada-se na execução de serviços de manutenção e de reparação elétrica de veículos automotores. (iv) Controlada executa atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica. (v) Controlada executa suas operações de prestação de serviços de manutenção e reparação de módulos de energia solar, máquinas e equipamentos comerciais e industriais. (vi) Controlada especializada-se na exploração do ramo de geração de energia elétrica, no aluguel de máquinas e equipamentos comerciais e industriais, na manutenção de redes de distribuição de energia elétrica, na instalação e manutenção elétrica e em obras de engenharia civil e de fundação. (vii) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foi aprovada a alteração dos contratos sociais dessas controladas, com a substituição da sócia anteriormente detentora das participações pela BSOL, passando tais sociedades a serem controladas indiretamente pela Brasol. (viii) Conforme reestruturação societária divulgada na nota explicativa 1.1, essas controladas foram incorporadas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025. **2 Declaração de conformidade (com relação às práticas contábeis adotadas no Brasil)** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A Administração da Companhia autorizou a emissão dessas demonstrações em 14 de maio de 2026. Todas as informações relevantes, próprias das demonstrações financeiras e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **Continuidade operacional:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe a capacidade da Companhia de cumprir suas obrigações. Em 31 de dezembro de 2025, o passivo circulante individual e consolidado excede o ativo circulante da controladora e do consolidado em R\$ 159.790 e R\$ 235.184, respectivamente (R\$ 25.350 em 31 de dezembro de 2024 no consolidado). Além disso, em 2025, o Grupo reconheceu um lucro líquido no exercício de R\$ 54.334 (prejuízo de R\$ 11.774 em 2024), e o caixa líquido consumido pelas atividades operacionais foi de R\$ 19.104 na controladora e aplicado no consolidado de R\$ 24.890 (consumido de R\$ 204.280 em 31 de dezembro de 2024 no consolidado). A Administração avaliou esse contexto e concluiu que ele decorre, fundamentalmente, do modelo de negócios da Companhia, que atua como financiadora de projetos de geração de energia solar distribuída. Nesse modelo, os desembolsos relativos à construção das usinas concentram-se no período pré-operacional, sendo a parcela mais relevante incorrida até a data de entrada em operação comercial (COD – Commercial Operation Date), ao passo que os recebimentos correspondentes são reconhecidos ao longo de contratos de fornecimento de energia com prazo de até 20 anos. Essa assimetria temporal entre os fluxos de entrada e de saída de caixa é inerente ao setor e não reflete deterioração da capacidade de pagamento da Companhia. Considerando o perfil de longo prazo dos contratos de fornecimento de energia já firmados, a previsibilidade dos fluxos de caixa operacionais futuros e o histórico de acesso a linhas de financiamento para novos projetos, a Administração tem uma expectativa razoável de que a Companhia disporá de recursos suficientes para continuar operando no futuro previsível. **3 Moeda funcional e moeda de apresentação** – Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Grupo. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **4 Uso de estimativas e julgamentos** – A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis brasileiras, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que influenciam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e são consistentes com o gerenciamento de riscos do Grupo. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **Julgamentos:** As informações sobre julgamentos

realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota explicativa 7a – consolidação; determinação se o Grupo detém de fato o controle sobre uma investida; • Nota explicativa 18 – prazo do arrendamento; se o Grupo tem razoavelmente certeza de exercer opções de prorrogação; • Nota explicativa 26 – reconhecimento da receita; se a receita de aluguel é reconhecida ao longo do tempo ou em momento específico no tempo. **Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas na data de emissão do relatório que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas notas explicativas: • Nota explicativa 1.2 – aquisição de controlada; valor justo da contraprestação transferida (incluindo contraprestação contingente) e o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos; • Nota explicativa 12 – taxa de desconto; principais premissas utilizadas em relação ao valor presente dos recebíveis relacionados aos contratos de arrendamento; • Nota explicativa 14.3 – reconhecimento de ativos fiscais diferidos; disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual as diferenças temporárias e os prejuízos fiscais possam ser utilizados; • Nota explicativa 23 – Reconhecimento e mensuração da provisão para contingências; principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos. **Mensuração a valor justo:** Determinadas políticas e divulgações contábeis do Grupo requerem a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou de um passivo, o Grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos. • **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivados de preços). • **Nível 3:** inputs para o ativo ou o passivo que não se baseiam em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A totalidade dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, do Grupo é classificada como "nível 2". O Grupo reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras individuais e consolidadas em que ocorreram as mudanças. Se os dados usados para mensurar o valor justo de um ativo ou passivo caem em diferentes níveis da hierarquia do valor justo, então a mensuração do valor justo é categorizada, em sua totalidade, no mesmo nível da hierarquia do valor justo que o dado de nível mais baixo que é significativo para toda a medição. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas notas explicativas 1.2 e 29. **5 Mudanças nas políticas contábeis materiais** – O Grupo não teve quaisquer alterações em suas políticas contábeis, em relação às aplicadas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício encerrado em 2024. **6 Base de mensuração** – As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto para instrumentos financeiros mensurados por seu valor justo descritos ao longo dessas demonstrações financeiras. **7 Políticas contábeis materiais** – As políticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas pelo Grupo de forma consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **a. Base de consolidação: (i) Combinação de negócios:** As combinações de negócio são registradas pelo método de aquisição quando o conjunto de atividades e ativos adquiridos atende à definição de um negócio e o controle é transferido ao Grupo. Ao determinar se um conjunto de atividades e ativos constitui um negócio, o Grupo avalia se o conjunto de ativos e atividades adquiridos inclui, no mínimo, input e um processo substantivo que, juntos, contribuem significativamente para a capacidade de gerar output. A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda decorrente da redução ao valor recuperável. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos da transação são registrados no resultado, conforme incorridos, exceto os relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou de patrimônio. A contraprestação transferida inclui montantes referentes ao pagamento de relações pré-existentes. Esses montantes geralmente são reconhecidos no resultado do exercício. Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente for classificada como instrumento patrimonial, não será remensurada e a liquidação será registrada no patrimônio líquido. As demais contraprestações contingentes são remensu-

radas ao valor justo em cada data de relatório e as alterações subsequentes ao valor justo são registradas no resultado do exercício. A administração contrata especialistas externos para mensuração do valor justo dos ativos identificáveis adquiridos, dos passivos e dos passivos contingentes assumidos e para determinação do purchase pricing allocation (PPA). As premissas para a determinação do PPA se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data de aquisição. (ii) **Controlados:** O Grupo controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos ao exercer seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. (iii) **Participação de acionistas não-controladores:** O Grupo elegeu mensurar qualquer participação de não controladores, inicialmente, pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição. Mudanças na participação da Companhia em uma controlada que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido. (iv) **Perda de controle:** Quando o Grupo perde o controle sobre uma controlada, ele desreconhece os ativos e passivos, bem como qualquer participação de não-controladores e de outros componentes registrados no patrimônio líquido, referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda decorrente da perda de controle é reconhecido no resultado. Se o Grupo retém qualquer participação na controlada antiga, essa participação é mensurada pelo valor justo na data da perda de controle. (v) **Transações eliminadas na consolidação:** Saldos de transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas (exceto para ganhos ou perdas em moeda estrangeira) não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas na mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. Saldos, transações intergrupo e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intergrupo são eliminadas na preparação das demonstrações contábeis consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com controladas investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na entidade investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. **B. Operação descontinuada:** Uma operação descontinuada é um componente de um negócio do Grupo que compreende operações e fluxos de caixa que podem ser claramente distintos do resto do Grupo e que: • Representam uma importante linha de negócios separada ou área geográfica de operações; • São parte de um plano individual coordenado para venda de uma importante linha de negócios separada ou área geográfica de operação; ou • São de uma controlada adquirida exclusivamente com o objetivo de revenda. A classificação como uma operação descontinuada ocorre mediante a alienação, ou quando a operação atende aos critérios para ser classificada como mantida para venda, se isso ocorrer antes. Quando uma operação é classificada como uma operação descontinuada, as demonstrações do resultado e do resultado abrangente comparativas são representadas como se a operação tivesse sido descontinuada desde o início do período comparativo. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, as controladas vendidas foram adquiridas no mesmo exercício (nota explicativa 1.2 e 31). **c. Imobilizado:** Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou de construção, deduzido da depreciação acumulada e da perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Custos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros decorrentes dos custos sejam auferidos pelo Grupo. Os custos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado. A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado, com base no método linear, considerando as vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revisados a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. **d. Intangível:** Os intangíveis têm uma vida útil alinhada à duração máxima dos contratos vigentes. Esses intangíveis são mensurados a custo, menos a amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A amortização dos intangíveis é realizada conforme o método linear, sendo reconhecida como resultado, com base na vida útil estimada dos ativos intangíveis na data de disponibilidade para uso, ou, na interconexão efetiva, proporcionalmente reduzida. Os métodos de amortização, vida útil e valores residuais são revisados anualmente e ajustados, se aplicável. O ágio é mensurado ao custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. **e. Benefícios a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas, conforme o serviço relacionado seja prestado. **Pagamentos baseados em ações:** O valor justo do montante a pagar aos empregados com relação aos direitos sobre a valorização das ações, que são liquidados em caixa, é reconhecido como despesa com um correspondente aumento no passivo durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito ao pagamento. O passivo é remensurado a cada data de balanço e na data de liquidação, baseado no valor justo dos direitos sobre valorização das ações. Quaisquer mudanças no valor justo do passivo são reconhecidas no resultado como despesas de pessoal. O Grupo possui contratos de opções de compra de ações outorgados a determinados executivos, cujo vesting está condicionado a mecanismos contratuais que incluem a avaliação pelo Conselho de Administração, em conjunto com referências a indicadores de desempenho em pilares financeiros, de desempenho de projetos e de ESG (Environmental, Social and Governance (Ambiental, Social e Governança)). Contudo, para períodos futuros, não há definições quantitativas estabelecidas que permitam a mensuração confiável e objetiva do atingimento dessas condições. Além disso, o Conselho de Administração desempenha papel determinante na avaliação e aprovação do vesting dessas opções, podendo deliberar sobre sua efetivação (ou não) mesmo diante de limitações na mensuração objetiva dos indicadores de performance. Em função dessa característica e da ausência de parâmetros mensuráveis para períodos futuros, a Administração concluiu que não é possível estimar com segurança a probabilidade de ocorrência do vesting, e nem que é provável a aprovação do benefício, pelo qual não foram reconhecidas despesas ou provisões relacionadas a tais eventos futuros nestas demonstrações financeiras. **f. Arrendamento:** No início de um contrato, o Grupo avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. (i) **Como arrendatário:** Na data de início do contrato de arrendamento, o Grupo reconhece um ativo de direito de uso e o correspondente passivo de arrendamento pelo valor presente dos pagamentos futuros, descontados pela taxa de empréstimo incremental do Grupo, quando a taxa implícita do contrato não puder ser determinada. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, compreendendo o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, acrescido de quaisquer pagamentos efetuados até a data de início e custos diretos iniciais incorridos. Em razão da natureza operacional dos contratos de arrendamento firmados pelo Grupo, diretamente vinculados à operação de usinas de energia, o ativo de direito de uso é integralmente baixado na data de entrada em operação comercial da usina (Commercial Operation Date – COD), momento em que o ativo passa a ser efetivamente utilizado para fins de geração de energia. Dessa forma, o Grupo não procede à depreciação mensal do ativo de direito de uso, reconhecendo seu valor integralmente no resultado do período em que ocorre a energização, em conformidade com a essência econômica da operação. O passivo de arrendamento é mensurado ao valor presente dos pagamentos futuros, descontados pela taxa de juros implícita ou, caso não esteja disponível, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo. Esta taxa é calculada com base em taxas de juros de fontes externas, ajustadas para refletir os termos do arrendamento. Conforme o CPC 06 (R3), pagamentos de arrendamento incluem: • pagamentos fixos, • pagamentos variáveis dependentes de índice ou taxa, • valores garantidos pelo arrendatário e • preço de exercício para opções de compra, se o arrendatário for exercer essa opção. O passivo de arrendamento é ajustado quando houver alterações nos pagamentos decorrentes de índices, taxas, ou decisões sobre opções de compra ou rescisão. Correspondentes ajustes são feitos no ativo de direito de uso ou diretamente no resultado. Para arrendamentos de baixo valor e de curto prazo, como equipamentos de TI, o Grupo optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento e contabiliza os pagamentos linearmente como despesa durante o período do arrendamento. (ii) **Como arrendador:** No início ou na modificação de um contrato com componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação com base em preços independentes. Como arrendadoras, determinam se cada arrendamento é financeiro ou operacional, avaliando se há transferência substancial de riscos e benefícios do ativo. Esse critério, classifica o arrendamento como financeiro; caso contrário, é operacional, considerando aspectos como a duração do arrendamento em relação à vida útil do ativo. Quando o Grupo atua como arrendadores intermedeários, contabilizam separadamente o arrendamento principal e o subarrendamento, classificando o subarrendamento conforme o ativo de direito de uso do contrato principal. Se o arrendamento principal for de curto prazo, aplica-se uma isenção, classificando o subarrendamento como operacional. Nos acordos com componentes de arrendamento e de não arrendamento, aplica-se o CPC 48 - Instrumentos Financeiros para o desreconhecimento e a redução ao valor recuperável do investimento líquido no arrendamento, revisando regularmente os valores residuais não garantidos utilizados no cálculo do investimento bruto. **g. Capital social: (i) Ações ordinárias:** As ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. (ii) **Ações preferenciais:** As ações preferenciais da Companhia são classificadas como capital social, pois elas não preveem nem um prazo específico de resgate nem uma remuneração anual fixada por conceito de juros. **h. Reconhecimento da receita:** A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. O Grupo reconhece a receita quando transferir o controle sobre o produto ou serviço ao cliente. A tabela abaixo fornece informações sobre a natureza e a época de cumprimento das obrigações de performance em contratos com clientes, incluindo condições de pagamento significativas e políticas de reconhecimento de receita relacionadas.

continua ...

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 28/05/2026</

... continuação		Brasil Participações e Empreendimentos S.A.	
Tipo de produto/serviço	Natureza e a época do cumprimento das obrigações de performance, incluindo condições de pagamento significativas	Política de reconhecimento da receita	
Receita de arrendamento ("Aluguel")	O Grupo adota uma estrutura específica para viabilizar seu modelo de negócio. O Grupo assina um contrato de longo prazo (média atual de 17,5 anos) na figura de um Equipment Lease Agreement – ("ELA"), incluindo dentro desse tipo de contrato a figura de Built To Suit ("BTS"). O ELA tem como objeto a implementação do projeto em um imóvel pelo Grupo para sua posterior locação aos seus clientes. A conclusão do projeto é formalizada pela emissão do aviso de Commercial Operation Date ("Aviso de COD"), onde é informado que o sistema em questão foi montado, testado, comissionado, instalado e disponível para uso. Com a entrega do Aviso de COD, o Grupo cede todos os seus direitos de posse do projeto e da infraestrutura aos clientes. Nesse momento, todas as obrigações do Grupo no ELA são integralmente satisfeitas e o contrato é considerado como concluído pelo Grupo, dando início às obrigações de pagamento por parte dos clientes. Uma vez concluído o contrato, o Grupo cria direitos creditórios de caráter imobiliário correspondentes aos respectivos aluguéis fixos mensais a receber dos seus clientes.	O reconhecimento dos direitos creditórios imobiliários é realizado pelo valor futuro, de acordo com o valor estipulado em contrato. Refletindo, de tal forma, os aspectos da norma contábil CPC 06 (R3) – Arrendamento, relacionadas ao Arrendador e Arrendatário fabricante para efetuar os registros contábeis. Na celebração do contrato de ELA com os clientes, o contrato é classificado como arrendamento financeiro, pois atende aos critérios a seguir apresentados no CPC 06 (R3): • Transmite ao Cliente o direito de controlar o uso de ativo subjacente por um período de tempo em troca de contraprestação (item 9); • Transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente (item 62); • O prazo do contrato é equivalente à maior parte da vida econômica do ativo subjacente, mesmo a propriedade não sendo transferida na data da celebração do contrato (item 63 c); • O valor presente dos recebimentos do arrendamento equivale substancialmente à totalidade do valor justo do ativo subjacente e o ativo subjacente é de natureza tão especializada que somente o Cliente/Arrendatário pode usá-lo sem modificações importantes (item 63 d); e • As perdas do arrendador associadas ao cancelamento do contrato por parte do arrendatário são arcadas pelo arrendatário (item 64 a). Ajuste a Valor Presente: Dessa forma, nesse momento é onde está concentrado a maior parte dos lançamentos contábeis. Segundo o CPC 06 (R3) – Arrendamento (Item 71): "na data de início, para cada um de seus arrendamentos financeiros, o arrendador fabricante ou revendedor deve reconhecer o seguinte: (a) a receita que é o valor justo do ativo subjacente ou, se for inferior, o valor presente dos recebimentos de arrendamento de responsabilidade do arrendador, descontado, utilizando a taxa de juros de mercado; (b) o custo de venda, que é o custo, ou valor contábil, caso seja diferente, do ativo subjacente menos o valor presente do valor residual não garantido; e (c) o resultado na venda (que é a diferença entre a receita e o custo da venda), de acordo com sua política para vendas diretas à qual se aplica o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente. O arrendador fabricante ou revendedor deve reconhecer o resultado na venda em arrendamento financeiro na data de início, independentemente de se o arrendador transferir o ativo subjacente, conforme descrito no CPC 47.	
Receita de prestação de serviço	O Grupo presta serviços e visa fornecer as atividades de operação, manutenção e gestão requeridas na infraestrutura (o contrato de Equipment Operations Agreement ("EOA")). O reconhecimento dessa receita, e, por sua vez, é reconhecida mensalmente durante o prazo do EOA e é comprovado com a emissão de documento fiscal de suporte.	A receita é reconhecida ao longo do tempo conforme os serviços são prestados. Se os serviços sob um único contrato ocorrem em períodos diferentes, a contraprestação será alocada com base em seus preços de venda individuais. O preço de venda individual é determinado com base nos preços de tabela em que o Grupo vende os serviços em transações separadas.	
Receita de venda de mercadoria	Os clientes obtêm o controle de produtos quando os produtos são entregues ao cliente. As faturas são emitidas e a receita é reconhecida naquele momento. Elas devem ser pagas, normalmente, em 30 dias.	A receita é reconhecida quando as mercadorias são entregues ao cliente.	

**i. Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas e despesas financeiras do Grupo compreendem: • Rendimentos sobre aplicações financeiras; • Juros sobre atualização de contas a receber; • Descontos obtidos; • Despesas bancárias; • Seguros fiança atrelados aos projetos; • Ganhos ou perdas decorrentes de processos através do mercado de capitais, como securitizações; e • Despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos. As receitas e as despesas financeiras são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos. **j. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido:** O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240.000 para o imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240.000 para o imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de Contribuição Social, limitada a 30% do lucro real. As despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social compreendem os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto de renda e a contribuição social de determinadas controladas que afetam as demonstrações financeiras consolidadas, são apurados com base no regime tributário do Lucro Presumido. Neste regime, as alíquotas de imposto de renda e de contribuição social são aplicadas sobre uma base reduzida, com base no tipo de receita apurada. Despesas de imposto de renda e contribuição social correntes. A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber, estimado, sobre o lucro ou o prejuízo tributável do exercício, e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal, com base na melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos, que reflète as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas alíquotas de impostos vigentes na data do balanço. **Despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos:** Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos, para fins de demonstrações contábeis, e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesas de imposto de renda e de contribuição social diferidas. O imposto diferido não é reconhecido para: • Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil; e • Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, na extensão que a Companhia e suas controladas sejam capazes de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se esperam aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual o Grupo espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **k. Instrumentos financeiros:** **(i) Reconhecimento e mensuração inicial:** Os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contrato a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contrato a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. Entretanto, se o Grupo tiver um direito incondicional a um valor que difere do preço da transação (por exemplo, devido a política de reembolso do Grupo), o recebível comercial será inicialmente mensurado pelo valor desse direito incondicional. **(ii) Classificação e mensuração subsequente: Ativos financeiros – classificação:** O reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado subsequentemente: ao custo amortizado; ao VJORA – instrumento de dívida; ao VJORA – instrumento patrimonial; ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros (SPPI) sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são SPPI sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de certos investimentos em instrumentos patrimoniais que não sejam mantidos para negociação, o Grupo faz uma escolha irrevogável por apresentar alterações subsequentes no valor justo dos investimentos em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento. Todos os outros ativos financeiros (e.g., ativos financeiros mantidos para negociação, e aqueles gerenciados e cujo desempenho é avaliado com base no valor justo), são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. **Passivos financeiros – classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas:** Os passivos financeiros foram mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é mensurado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido ao resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado pelo método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **(iii) Desreconhecimento:** O Grupo realiza transações por meio das quais transfere ativos reconhecidos em sua demonstração da posição financeira, mas retém todos os substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos transferidos não são desreconhecidos. **(iv) Instrumentos financeiros derivativos:** Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são normalmente registradas no resultado. **l. Mensuração do valor justo:** Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado da data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual o Grupo tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance). Quando disponível, o Grupo mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado "ativo" se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua. Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, o Grupo utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação. Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, o Grupo mensura os ativos com base em preços de compra e os passivos com base em preços de venda. Se o Grupo determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento

(i) A Companhia realizou, no ano de 2023, investimentos no fundo CRI Enersim, adquirindo uma tranche de cotas equivalente a 20% do valor da emissão. Do total investido até 31 de dezembro de 2024, em 28 de fevereiro de 2025, 100% foi alienado, e a Companhia apurou um ganho de capital no valor de R\$ 19.105. As referidas cotas vencem em 28 de março de 2039. **11. Ativos financeiros** – O valor de R\$ 1 registrado nesta rubrica de Ativos financeiros nas demonstrações financeiras refere-se ao valor do investimento (a custo) que a Companhia realizou em 23 de dezembro de 2025 para adquirir a totalidade de cotas subordinadas da 170ª (Centésima Septuagésima) Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários ("CRI") da Canal Companhia de Securitização, no contexto de operação de securitização de direitos creditórios imobiliários, estruturada sob regime fiduciário, na modalidade pulverizada, sem garantia real, por meio de cessão de créditos ao veículo de securitização emissor. Em 31 de dezembro de 2025, o valor presente esperado e estimado dos proventos a serem gerados por tais cotas subordinadas é de aproximadamente R\$ 92.992.

12 Contas a receber e ativos de contrato		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	
Ativo de contrato	20.675	–	
Contas a receber	151.368	87.020	
(-) Ajuste a valor presente	(111.739)	(44.558)	
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>60.304</b>	<b>42.462</b>	
Ativo de contrato	32.966	–	
Contas a receber	2.316.690	1.697.385	
(-) Ajuste a valor presente	(1.202.258)	(954.776)	
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>1.147.398</b>	<b>742.609</b>	
Ativo de contrato	53.641	–	
Contas a receber	2.468.058	1.784.405	
(-) Ajuste a valor presente	(1.313.997)	(999.334)	
<b>Total</b>	<b>1.207.702</b>	<b>785.071</b>	

A taxa de desconto aplicada no cálculo do Valor Presente Líquido (VPL) considera o custo de capital da Companhia, e é avaliada conforme o projeto e respectivo cliente. Em média, a taxa de desconto aplicada é de 9,43% a.a. em 31 de dezembro de 2025 (10,8% a.a. em 31 de dezembro de 2024). A exposição da Companhia e de suas controladas a riscos de crédito e de mercado, bem como à análise de sensibilidade dos ativos, está apresentada na nota explicativa 30. Os saldos de contas a receber, reduzido do ajuste a valor presente, por idade de vencimento, estão demonstrados a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
A vencer	1.148.507	784.360
Vencidos de 0 a 30 dias	1.174	674
Vencidos de 31 a 60 dias	1.887	15
Vencidos de 61 a 90 dias	593	22
Vencidos acima de 90 dias	1.900	–
<b>Total</b>	<b>1.154.061</b>	<b>785.071</b>

A Companhia e suas controladas não reconheceram perdas esperadas sobre os saldos de contas a receber, nos termos do CPC 48 – Instrumentos Financeiros em 31 de dezembro de 2025 e de 2024. Os contratos com clientes possuem prazo de longo prazo, de até 20 anos, e contemplam cláusulas contratuais que, em caso de inadimplência, asseguram a aplicação de multas e a possibilidade de transferência do contrato a novos clientes, o que mitiga de forma substancial a exposição ao risco de crédito e de perda efetiva dos recebíveis.

13 Adiantamentos		Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	
<b>Ativo circulante</b>					
Adiantamento a fornecedores	567	–	26.120	21.116	
<b>Total</b>	<b>567</b>	<b>–</b>	<b>26.120</b>	<b>21.116</b>	
<b>Ativo não circulante</b>					
Adiantamento a fornecedores	–	–	–	75.667	
Adiantamentos diversos	–	–	–	1.374	
<b>Total</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>77.041</b>	
<b>Total</b>	<b>567</b>	<b>–</b>	<b>26.120</b>	<b>98.157</b>	

Os valores referentes a adiantamentos são destinados principalmente para a operação da Companhia e suas controladas onde existe a necessidade de antecipar valores a fornecedores para a aquisição de módulos, componentes e equipamentos para a construção dos projetos.

14 Impostos a recuperar e impostos e contribuições a recolher		Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	
Imposto de renda retido na fonte (IRRF)	18.682	10.456	23.302	13.700	
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) retido Lei 10.833/03	–	–	7.191	7.124	
Programa de Integração Social (PIS) retido Lei 10.833/03	–	–	1.553	1.536	
Contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) retido Lei 10.833/03	–	–	84	247	
Outros impostos a recuperar	206	–	1.998	861	
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>18.888</b>	<b>10.456</b>	<b>34.128</b>	<b>23.468</b>	
<b>Crédito de contribuição para Financiamento de Seguridade Social (COFINS) (a)</b>					
Crédito de Programa de Integração Social (PIS) (a)	–	–	2.941	82	
Crédito de contribuição para Financiamento de Seguridade Social (COFINS) (a)	–	–	–	–	
Imposto de renda retido na fonte (IRRF)	1.828	1.828	1.828	1.828	
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>1.828</b>	<b>1.828</b>	<b>18.236</b>	<b>2.205</b>	
<b>Total</b>	<b>20.716</b>	<b>12.284</b>	<b>52.364</b>	<b>25.673</b>	

(a) No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia reconheceu receita de créditos de PIS e COFINS decorrentes de revisão fiscal de levantamento de créditos, cujo reconhecimento ocorreu quando a Administração obteve evidências suficientes de sua realização, seja por compensação com tributos correntes ou por restituição.

14.2 Impostos e contribuições a recolher		Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	
Imposto de renda retido na fonte (IRRF)	175	76	635	1.665	
Contribuição retida na fonte (CRF)	205	30	350	161	
Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) sobre serviços tomados	–	–	1.363	1.184	
Imposto sobre serviço (ISS) sobre serviços tomados	–	–	1.745	443	
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS)	–	–	66	70	
Programa de Integração Social (PIS) (a)	3	6	3.695	1.423	
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) (a)	–	–	35	13.324	
Outros impostos a recolher	13	–	8	–	
<b>Total do passivo circulante</b>	<b>396</b>	<b>147</b>	<b>21.186</b>	<b>11.422</b>	
Programa de Integração Social (PIS) (a)	–	–	17.671	12.756	
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) (a)	–	–	82.373	52.796	
<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>100.044</b>	<b>65.552</b>	
<b>Total</b>	<b>396</b>	<b>147</b>	<b>121.230</b>	<b>76.974</b>	

(a) No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia reconheceu saldos de PIS e COFINS a recolher decorrentes às operações recorrentes do período. Os saldos apresentados entre circulantes e não circulantes correspondem aos impostos do fluxo de realização do contas a receber de arrendamento.

14.3 Imposto de renda e contribuição social		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	
Imposto de renda de pessoa jurídica (IRPJ)	–	10.231	637
Contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL)	–	3.477	348
<b>Total imposto de renda e contribuição social a recolher</b>	<b>–</b>	<b>13.708</b>	<b>985</b>

a. Ativos e passivos fiscais diferidos		Saldo em 31 de dezembro de 2025		Saldo em 31 de dezembro de 2024	
	Saldo em 01/01/2025	Reconhecidos no resultado	Saldo em 31/12/2025	Valor líquido do imposto diferido	Ativo Passivo
Controladora	–	–	–	–	–
Prejuízo fiscal	7.265	–	28.943	28.943	–
<b>Impostos líquido passivo (ativo)</b>	<b>7.265</b>	<b>–</b>	<b>28.943</b>	<b>28.943</b>	<b>–</b>
Controladora	–	–	–	–	–
Prejuízo fiscal	1.625	–	5.640	7.265	–
<b>Impostos líquidos passivos (ativo)</b>	<b>1.625</b>	<b>–</b>	<b>5.640</b>	<b>7.265</b>	<b>–</b>
Controladora	–	–	–	–	–
Prejuízo fiscal	25.778	–	113.803	113.803	–
Arrendamentos	(18.431)	–	(76.266)	(94.697)	–
<b>Totais</b>	<b>7.347</b>	<b>–</b>	<b>19.106</b>	<b>19.106</b>	<b>–</b>
<b>Compensação entre ativo e passivo fiscal diferido</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>–</b>
<b>Impostos líquido passivo (ativo)</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>–</b>

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 28/05/2026



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: [www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal)



... continuação

### Brasol Participações e Empreendimentos S.A.

A movimentação dos saldos de empréstimos e financiamentos nos exercícios foi:

Consolidado	Saldo em 31 de dezembro de 2024		Saldo em 31 de dezembro de 2023	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Prejuízo fiscal	10.669	15.109	25.778	25.778
Arrendamentos	(3.484)	(14.947)	(18.431)	(18.431)
<b>Impostos líquido passivo (ativo)</b>	<b>7.185</b>	<b>162</b>	<b>7.347</b>	<b>(18.431)</b>

Ativos fiscais diferidos são reconhecidos na medida em que a Administração considera provável que os lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que a Companhia possa utilizar seus benefícios. Em 2025, a Administração revisou as projeções de lucros tributáveis futuros, e reconheceu os ativos fiscais diferidos de acordo com as projeções futuras revisadas. A Administração entende que é provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para compensação dos créditos tributários reconhecidos acima, e serão compensados até 2036.

#### b. Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	25.605	(15.264)	65.355	(10.747)
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
(+/-) Ajustes dos impostos referentes:				
Resultado equivalência patrimonial	28.225	56	—	—
Prejuízos fiscais não reconhecidos	2.159	394	4.169	8.850
Outros	21.678	5.640	(18.052)	(1.027)
<b>Lucro real</b>	<b>21.678</b>	<b>5.640</b>	<b>(18.052)</b>	<b>(1.027)</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	—	—	(29.811)	(1.189)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21.678	5.640	11.759	162
<b>Alíquota efetiva</b>	<b>-85%</b>	<b>-37%</b>	<b>28%</b>	<b>10%</b>

#### 15 Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<b>Saldo em 1º de janeiro</b>	<b>671.241</b>	<b>347.628</b>	<b>671.241</b>	<b>347.628</b>
Novos investimentos (nota explicativa 1.2)	108.927	361.997	108.927	361.997
Adiantamento para futuro aumento de capital em controladas (i)	68.102	—	68.102	—
Alienação controladas Salinho e São Manuel	(25.073)	—	(25.073)	—
Gainho (perda) investimento Greenfield	—	—	—	(38.548)
Equivalência patrimonial	83.016	164	83.016	164
Outros resultados abrangentes controladas	(4.405)	—	(4.405)	—
<b>Saldo em 31 de dezembro</b>	<b>901.808</b>	<b>671.241</b>	<b>901.808</b>	<b>671.241</b>

(i) No exercício de 2025, a Companhia iniciou o processo de formalização do aumento de capital futuro (AFACs) no montante de R\$ 68.103 realizados pelos acionistas, dos quais R\$ 33.450 correspondem a aportes efetivos em caixa realizados no exercício. A conclusão desse processo foi postergada em função da reestruturação societária da Companhia em andamento no período, que impactou o cumprimento dos requisitos formais necessários à sua conversão em capital social integralizado.

#### Informações das controladas em 31 de dezembro de 2025

Controlada	No patrimônio líquido		No resultado		Participação societária (%)
	2025	2024	2025	2024	
BSOL	122.327	269.020	22.655	3.431	377.091
BSE2	335	7.201	3.401	21	5.071
BSE3	453	2.370	769	162	1.374
BSE4	—	—	—	—	—
BSE5	2.840	30.157	9.856	3.819	10.260
BSE6	714	2.818	1.724	198	2.126
BSE7	7.887	8.410	4.959	1.063	1
BSE8	—	—	—	—	—
BSE9	3.123	9.482	1.437	(52)	51
BSE10	5.770	2.472	3.158	292	1
BSE11	—	—	—	—	—
BSE12	15.661	154.989	6.639	39.026	1
BSE13	—	—	—	—	—
BSE14	—	—	—	—	—
BSE15	113	—	110	(7)	1
BSE16	19.345	70.992	9.650	5.307	25.366
BSE17	—	99.692	119	14	95.996
BSE18	157	614	52	—	390
BSE19	5.013	76.626	(24.928)	—	107.124
BSE20	—	—	—	—	—
BSE21	—	—	—	—	—
BSE22	—	—	—	—	—
BSE23	—	—	—	—	—
BSE33	3.244	3.146	6.083	16	—
BESS	57	246	72	—	—
BRIC	5.826	2.621	6.294	—	603
BRAM	6.176	415	5.259	—	1
BSUB	—	—	—	—	—
UMAR	2.401	73.353	16.274	16.953	31.744
UCPA	1.086	23.692	3.960	3.880	16.298
UISE	1.036	18.882	(22)	4.867	14.759
Lucro não realizado	—	—	—	—	—

#### 16 Imobilizado – Consolidado

Custo	Terrenos		Computadores e periféricos		Benfeitorias em imóveis de terceiros		Móveis e utensílios		Máquinas e equipamentos		Ferramentas e acessórios		Software		Imobilizado em andamento (1)		Total
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	
Saldo em 1º de janeiro de 2024	3.154	883	—	—	1.341	40	—	—	4	—	135	—	—	—	222.665	228.222	
Combinação de negócios (nota 1.2)	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	270.869	270.869	
Adições	1.600	624	—	—	23	2	—	—	33	—	4	814	—	—	328.141	331.241	
Baixas	—	—	—	—	—	—	—	—	(1)	(66)	—	—	—	—	(672.048)	(672.115)	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>4.754</b>	<b>1.507</b>	<b>1.364</b>	<b>42</b>	<b>36</b>	<b>73</b>	<b>814</b>	<b>149.627</b>	<b>158.217</b>	<b>180</b>	<b>54</b>	<b>13.484</b>	<b>180</b>	<b>54</b>	<b>241.948</b>	<b>253.321</b>	
Combinação de negócios (nota 1.2)	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Adições	—	73	—	—	154.30	109	—	1.150	—	—	—	—	—	—	193.492	196.377	
Baixas	—	—	—	—	—	—	—	(97)	—	—	—	—	—	—	(186.976)	(187.078)	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>4.754</b>	<b>1.580</b>	<b>2.907</b>	<b>52</b>	<b>140</b>	<b>73</b>	<b>1.867</b>	<b>241.948</b>	<b>253.321</b>	<b>180</b>	<b>54</b>	<b>13.484</b>	<b>180</b>	<b>54</b>	<b>432.440</b>	<b>432.440</b>	
Depreciação acumulada	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Saldo em 1º de janeiro de 2024	—	(175)	(193)	(6)	—	—	(2)	—	—	—	—	—	—	—	—	(376)	
Adições	—	(224)	(248)	(5)	(2)	(2)	(25)	—	—	—	—	—	—	—	—	(506)	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>—</b>	<b>(399)</b>	<b>(441)</b>	<b>(11)</b>	<b>(2)</b>	<b>(4)</b>	<b>(25)</b>	<b>—</b>	<b>(882)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>(1.382)</b>	
Adições	—	(300)	(888)	(4)	(31)	(3)	—	—	—	—	—	—	—	—	—	(1.226)	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>—</b>	<b>(699)</b>	<b>(1.329)</b>	<b>(15)</b>	<b>(33)</b>	<b>(7)</b>	<b>(25)</b>	<b>—</b>	<b>(2.108)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>(3.490)</b>	
<b>Total em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>4.754</b>	<b>1.108</b>	<b>923</b>	<b>31</b>	<b>34</b>	<b>69</b>	<b>789</b>	<b>149.627</b>	<b>157.335</b>	<b>180</b>	<b>54</b>	<b>13.484</b>	<b>180</b>	<b>54</b>	<b>241.948</b>	<b>253.321</b>	
<b>Total em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>4.754</b>	<b>881</b>	<b>1.578</b>	<b>37</b>	<b>107</b>	<b>66</b>	<b>1.842</b>	<b>241.948</b>	<b>251.213</b>	<b>180</b>	<b>54</b>	<b>13.484</b>	<b>180</b>	<b>54</b>	<b>432.440</b>	<b>432.440</b>	

Vida útil (anos)

Terrenos	5
Computadores e periféricos	5
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10
Móveis e utensílios	10
Máquinas e equipamentos	10
Ferramentas e acessórios	10
Software	5
Imobilizado em andamento (1)	5

A Administração do Grupo não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade do teste de recuperabilidade em 31 de dezembro de 2025 e de 2024. (1) O Imobilizado em andamento apresenta toda a evolução dos projetos. No momento do envio do aviso de COD e do reconhecimento tanto da receita quanto dos direitos creditórios imobiliários, é realizada a baixa do imobilizado pelo custo. Tal procedimento segue o estabelecido no CPC 27 – Ativo Imobilizado, item 6 – O valor contábil de um item do ativo imobilizado deve ser baixado: (i) por ocasião de sua alienação; ou (ii) quando não há expectativa de benefícios econômicos futuros com a sua utilização ou alienação. Aplica-se o conceito estabelecido no item 3.2 em relação à entrega do projeto ao cliente no âmbito do contrato ELA.

#### 17 Intangível – Consolidado

Custo	Ágio		Mais-valias contratos BTS		Total
	2025	2024	2025	2024	
Saldo em 1º de janeiro de 2024	—	—	—	—	—
Adições (i)	825	111.136	—	—	111.961
Baixas	—	(111.136)	—	—	(111.136)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>825</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>825</b>
Combinação de negócios (ii)	—	23.122	—	—	23.122
Amortização	—	(192)	—	—	(192)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>825</b>	<b>22.930</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>23.755</b>

(i) Ágio gerado na combinação de negócios, decorrente da aquisição, por sua controlada, BSE16, de empresas de Usinas Solares em 30 de novembro de 2024 (nota explicativa 1.2).  
(ii) Trata-se das mais-valias decorrentes das combinações de negócios fechadas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, conforme a nota explicativa 1.2.

#### 18 Arrendamento – Consolidado

Ativo de direito de uso	31/12/2025		31/12/2024	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Saldo em 1º de janeiro	2.859	15.483	2.859	15.483
Adições	22.361	2.356	—	—
Amortizações	(826)	(29.486)	—	—
Baixas	(21.477)	(14.506)	—	—
Baixas (reversões) de ajuste e valor presente	(107)	—	—	—
<b>Saldo em 31 de dezembro</b>	<b>2.810</b>	<b>2.859</b>	<b>2.810</b>	<b>2.859</b>

Os contratos de arrendamento estão substancialmente atrelados ao direito de uso de superfície e ao direito de uso de móveis. Os direitos de uso adquiridos pela Companhia e por suas controladas estão diretamente vinculados aos projetos. A Companhia realiza contratos de direito real de superfície com prazo médio de 20 anos. Quando um projeto que contém o direito real de superfície é entregue ao cliente, a posse do direito de uso é transferida ao cliente juntamente com todo o custo de investimento do projeto. Desta

#### 19 Empréstimos e financiamentos

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, o Grupo apresentava os seguintes saldos de empréstimos e financiamentos:

	Moeda	Taxa anual de juros	Ano de vencimento	Controladora		Consolidado	
				31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Banco do Brasil	R\$	DI + 3,4% a.a.	2027	—	—	—	—
Banco do Brasil	R\$	IPCA + 13% a.a.	2025	—	—	3.420	5.830
Bradesco	R\$	Pré, 13% a.a.	2028	—	—	5.382	7.183
True Securitizadora	R\$	IPCA + 10,95% a.a.	2035	—	—	—	56.797
Oliveira Trust	R\$	IPCA + 11,65% a.a. (Fase Inicial)/IPCA + 10,95% a.a. (Pós-completion)	2035	—	—	—	10.338
Banco do Brasil	R\$	TFC Pré + 14,425% a.a. a 15,182% a.a./TFC Pós + 13,241% a.a. a 14,732% a.a. (com desconto adimplência)	2033 a 2034	—	—	—	33.415
BNB	R\$	Fundo Clima: 2,52% a.a. pré/FAT: IPCA + 6,98% a.a.	2025 a 2041	—	—	10.138	37.845
BNDES	R\$	DI + 4,63% a.a.	2040	—	—	111.976	39.008
Santander	R\$	DI + 4,63% a.a.	2025	—	—	—	5.093
Canal Companhia de Securitização	R\$	IPCA + 9,10% a.a. a 11,045% a.a.	2028 a 2041	—	—	180.531	—
Bradesco	R\$	Ativo – USD + 7,2339% a.a. a 7,4121% a.a. e Passivo – DI + 2,75% a.a.	2026	—	—	35.797	—
Bradesco	R\$	DI + 2,6% a.a. a 3,0133% a.a.	2027 a 2032	399.461	315.272	399.461	315.272
<b>Total</b>				<b>399.461</b>	<b>315.272</b>	<b>746.705</b>	<b>512.989</b>
Passivo circulante				200.000	—	276.644	104.633
Passivo não circulante				199.461	285.317	470.061	408.356
<b>Total</b>				<b>399.461</b>	<b>285.317</b>	<b>746.705</b>	<b>512.989</b>

#### 20 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores nacionais	2.642	433	14.745	44.609
Provisão custos BTS (a)	—	—	65.681	27.126
<b>Total</b>	<b>2.642</b>	<b>433</b>	<b>80.426</b>	<b>71.735</b>

(a) A provisão de custos foi constituída com base nos contratos firmados com fornecedores. A realização desses custos ocorrerá nas datas acordadas (marcos futuros). No momento de COD (Commercial Operation Date), reconhecemos os custos totais dos projetos de acordo com o princípio contábil da competência, refletindo, no resultado operacional, o custo efetivo de sua conclusão. **21 Contas a pagar de combinação de negócios** – O saldo refere-se aos valores a pagar de earn-out e parcelas retidas, negociados nas operações de combinação de negócios apresentadas na nota explicativa 1.2. Os vencimentos estão previstos para o exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2026.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Projetos PMNE	—	—	—	26.791
BC Usinas	—	—	33.611	33.611
Aquisições UFVs 2025	—	—	15.099	—
<b>Total</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>48.710</b>	<b>60.402</b>

No contexto das tratativas comerciais na aquisição da BC Usinas, está sendo acordada a alteração do período de apuração do earn-out originalmente previsto no SPA (cláusulas 2.7.1 e 2.7.3). Em substituição ao período inicial (de janeiro de 2025 a dezembro de 2025), o earn-out passará a ser apurado de dezembro de 2025 a agosto de 2026, com pagamento estimado para setembro de 2026.

#### 22 Obrigações trabalhistas

	Controladora		Consolidado	

... continuação

Brasol Participações e Empreendimentos S.A.

10 (R1) / IFRS 2. O valor justo dos instrumentos outorgados foi mensurado nas datas de outorga pelo modelo de precificação de Black-Scholes e não é remensurado em datas subsequentes...

Table with 3 columns: Data da outorga, Total outorgado (opções), Saldo remanescente. Rows for 28/12/2023, 10/11/2025, and Total.

Mensuração do valor justo: O valor justo das opções outorgadas foi mensurado na data de outorga com base no modelo de precificação de Black-Scholes, conforme estudo técnico elaborado por especialista independente...

Table with 3 columns: Outorga dez/2023, Outorga nov/2025, Total. Rows for various metrics like Datas de outorga, Valuation na data de outorga, etc.

25 Patrimônio líquido - a. Capital social: Em 31 de dezembro de 2024 e de 2025, o capital social da Companhia era de R\$ 206.881 dividido em 12.660.930 ações...

27 Custos e despesas

Table with 6 columns: Controladora, Operações continuadas, Operações descontinuadas, Consolidado. Rows for various expense categories like Custos de construção, Custos de operação - EOA, etc.

28 Resultado financeiro líquido

Table with 6 columns: Controladora, Operações continuadas, Operações descontinuadas, Consolidado. Rows for financial results like Receitas financeiras, Despesas financeiras, Resultado financeiro.

29 Classificação contábil e valores justos - Classificação contábil e valores justos:

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, bem como seus respectivos níveis na hierarquia do valor justo...

Table with 6 columns: Hierarquia, Notas, Valor justo contábil, Valor justo. Rows for Ativos financeiros mensurados a valor justo, Ativos financeiros não mensurados a valor justo, Passivos financeiros não mensurados a valor justo.

Os ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial estão registrados pelos respectivos valores contábeis, que, de forma geral, refletem aproximações razoáveis de seus valores justos...

transferência dos contratos a novos clientes. Dessa forma, a Administração entende que não há expectativa de perdas relevantes relativas aos referidos recebíveis nesta data...

Table with 5 columns: Até 1 ano, 2 anos, 5 anos, Acima de 5 anos, Total. Rows for Passivos financeiros consolidados.

Instituição financeira

Table with 4 columns: Ponta ativa, Ponta passiva, Valor notional. Rows for Bradesco, Bradesco.

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável:

Table with 6 columns: Exposição, Cenário 1, Valor, Cenário 2, Valor, Cenário 3, Valor. Rows for Swap (ponta passiva), CDI.

30 Gerenciamento de risco - A Companhia e suas controladas possuem exposição aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

• Risco de crédito; • Risco de liquidez; e • Risco de mercado. Essa nota apresenta informações sobre a exposição do Grupo a cada um dos riscos supramencionados...

32 Eventos subsequentes - Reforma tributária

A reforma tributária adota um modelo baseado em um imposto sobre Valor Agregado - IVA repartido ("VA dual"), composto por duas competências: uma federal, denominada Contribuição sobre Bens e Serviços ("CBS"), que substituirá o PIS e a COFINS...

UFV Salthino UFV São Manuel

Table with 3 columns: Receita operacional líquida, Custos, Lucro bruto. Rows for Ufv Salthino, Ufv São Manuel.

Lucro (Prejuízo) antes do resultado financeiro

Table with 3 columns: Lucro antes do imposto de renda e contribuição social, Lucro do exercício, Lucro do exercício.

32 Eventos subsequentes - Reforma tributária

A reforma tributária adota um modelo baseado em um imposto sobre Valor Agregado - IVA repartido ("VA dual"), composto por duas competências: uma federal, denominada Contribuição sobre Bens e Serviços ("CBS")...

UFV Salthino UFV São Manuel

Table with 3 columns: Receita operacional líquida, Custos, Lucro bruto. Rows for Ufv Salthino, Ufv São Manuel.

Lucro (Prejuízo) antes do resultado financeiro

Table with 3 columns: Lucro antes do imposto de renda e contribuição social, Lucro do exercício, Lucro do exercício.

32 Eventos subsequentes - Reforma tributária: A reforma tributária adota um modelo baseado em um imposto sobre Valor Agregado - IVA repartido ("VA dual")...

UFV Salthino UFV São Manuel: Receita operacional líquida, Custos, Lucro bruto.

Lucro (Prejuízo) antes do resultado financeiro: Lucro antes do imposto de renda e contribuição social, Lucro do exercício.

32 Eventos subsequentes - Reforma tributária: A reforma tributária adota um modelo baseado em um imposto sobre Valor Agregado - IVA repartido ("VA dual")...

UFV Salthino UFV São Manuel: Receita operacional líquida, Custos, Lucro bruto.

Lucro (Prejuízo) antes do resultado financeiro: Lucro antes do imposto de renda e contribuição social, Lucro do exercício.

transferência dos contratos a novos clientes. Dessa forma, a Administração entende que não há expectativa de perdas relevantes relativas aos referidos recebíveis nesta data...

Table with 5 columns: Até 1 ano, 2 anos, 5 anos, Acima de 5 anos, Total. Rows for Passivos financeiros consolidados.

Instituição financeira: Ponta ativa, Ponta passiva, Valor notional. Rows for Bradesco, Bradesco.

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável:

Table with 6 columns: Exposição, Cenário 1, Valor, Cenário 2, Valor, Cenário 3, Valor. Rows for Swap (ponta passiva), CDI.

30 Gerenciamento de risco - A Companhia e suas controladas possuem exposição aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

• Risco de crédito; • Risco de liquidez; e • Risco de mercado. Essa nota apresenta informações sobre a exposição do Grupo a cada um dos riscos supramencionados...

32 Eventos subsequentes - Reforma tributária

A reforma tributária adota um modelo baseado em um imposto sobre Valor Agregado - IVA repartido ("VA dual"), composto por duas competências: uma federal, denominada Contribuição sobre Bens e Serviços ("CBS")...

UFV Salthino UFV São Manuel

Table with 3 columns: Receita operacional líquida, Custos, Lucro bruto. Rows for Ufv Salthino, Ufv São Manuel.

Lucro (Prejuízo) antes do resultado financeiro

Table with 3 columns: Lucro antes do imposto de renda e contribuição social, Lucro do exercício, Lucro do exercício.

32 Eventos subsequentes - Reforma tributária

A reforma tributária adota um modelo baseado em um imposto sobre Valor Agregado - IVA repartido ("VA dual"), composto por duas competências: uma federal, denominada Contribuição sobre Bens e Serviços ("CBS")...

UFV Salthino UFV São Manuel

Table with 3 columns: Receita operacional líquida, Custos, Lucro bruto. Rows for Ufv Salthino, Ufv São Manuel.

Lucro (Prejuízo) antes do resultado financeiro

Table with 3 columns: Lucro antes do imposto de renda e contribuição social, Lucro do exercício, Lucro do exercício.

32 Eventos subsequentes - Reforma tributária: A reforma tributária adota um modelo baseado em um imposto sobre Valor Agregado - IVA repartido ("VA dual")...

UFV Salthino UFV São Manuel: Receita operacional líquida, Custos, Lucro bruto.

Lucro (Prejuízo) antes do resultado financeiro: Lucro antes do imposto de renda e contribuição social, Lucro do exercício.

32 Eventos subsequentes - Reforma tributária: A reforma tributária adota um modelo baseado em um imposto sobre Valor Agregado - IVA repartido ("VA dual")...

UFV Salthino UFV São Manuel: Receita operacional líquida, Custos, Lucro bruto.

Lucro (Prejuízo) antes do resultado financeiro: Lucro antes do imposto de renda e contribuição social, Lucro do exercício.

32 Eventos subsequentes - Reforma tributária: A reforma tributária adota um modelo baseado em um imposto sobre Valor Agregado - IVA repartido ("VA dual")...

UFV Salthino UFV São Manuel: Receita operacional líquida, Custos, Lucro bruto.

Lucro (Prejuízo) antes do resultado financeiro: Lucro antes do imposto de renda e contribuição social, Lucro do exercício.

32 Eventos subsequentes - Reforma tributária: A reforma tributária adota um modelo baseado em um imposto sobre Valor Agregado - IVA repartido ("VA dual")...

UFV Salthino UFV São Manuel: Receita operacional líquida, Custos, Lucro bruto.

Lucro (Prejuízo) antes do resultado financeiro: Lucro antes do imposto de renda e contribuição social, Lucro do exercício.

32 Eventos subsequentes - Reforma tributária: A reforma tributária adota um modelo baseado em um imposto sobre Valor Agregado - IVA repartido ("VA dual")...

UFV Salthino UFV São Manuel: Receita operacional líquida, Custos, Lucro bruto.

Lucro (Prejuízo) antes do resultado financeiro: Lucro antes do imposto de renda e contribuição social, Lucro do exercício.

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 28/05/2026



Acesse a página de Publicações Legais no site do Jornal Data Mercantil, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade\_legal



continua...

... continuação

**Brasol Participações e Empreendimentos S.A.**

**Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas**

Aos Diretores e Acionistas da **Brasol Participações e Empreendimentos S.A. – São Paulo-SP**

**Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Brasol Participações e Empreendimentos S.A. ("Companhia"), e suas controladas, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Brasol Participações e Empreendimentos S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Reconhecimento da receita:** Veja as Notas 7 (f) e (h), e 26, das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. – **Principal assunto de auditoria:** De acordo com o CPC 06 (R2) – Arrendamentos, a classificação dos contratos de arrendamento como financeiros ou operacionais e o correspondente reconhecimento da receita exigem julgamento relevante por parte da Administração. A Companhia e suas controladas devem avaliar os termos e condições de cada contrato para assegurar a classificação adequada e o correto reconhecimento contábil da receita. Nos casos em que os contratos de arrendamento são classificados como financeiros, o CPC 06 (R2) requer que o arrendador reconheça o arrendamento com base no valor presente dos recebíveis, utilizando uma taxa de desconto apropriada. A determinação dessa taxa constitui um elemento crítico do julgamento da Administração, uma vez que pode influenciar de forma significativa os valores registrados nas demonstrações financeiras. A avaliação dos contratos de arrendamento como financeiro ou operacional envolve um grau significativo de julgamento e complexidade. Isso inclui a análise detalhada dos termos e condições de cada contrato, bem como a determinação da taxa de desconto apropriada para o reconhecimento de receita nos arrendamentos financeiros. A taxa de desconto é um elemento chave que pode afetar substancialmente os valores registrados nas demonstrações financeiras. O reconhecimento de receita dos contratos de arrendamento financeiro tem um impacto relevante nessas demonstrações financeiras. Eventuais mudanças na estimativa da taxa de desconto podem alterar significativamente os valores reconhecidos, influenciando os resultados financeiros reportados e a posição patrimonial. **Como auditoria endereçou esse assunto:** Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: • Avaliamos o desenho dos controles chaves implementados pela Companhia e suas controladas no processo de avaliação dos contratos de arrendamento como sendo financeiro ou operacional, e na determinação da taxa de desconto utilizada para o registro dos contratos de arrendamento financeiro; • Confrontamos o montante total da receita de arrendamento financeiro reconhecida nos registros contábeis com os relatórios suportes e gerenciais utilizados pela Administração; • Com o apoio dos nossos especialistas em finanças corporativas, analisamos se o cálculo das taxas de desconto utilizadas para os arrendamentos financeiros atendem as normas contábeis para os contratos firmados em 2025; • Confrontamos, por meio de amostragem, o valor dos contratos de arrendamento financeiro utilizados no cálculo da receita com a respectiva documentação suporte, e os documentos que comprovam os recebimentos do exercício; e para os itens selecionados, recalculamos o valor da receita reconhecida; • Avaliamos, também, as divulgações efetuadas pela Companhia e suas controladas, verificando se estão completas e de acordo com os requisitos do CPC 06 (R2). Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que o montante da receita e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025. **Combinação de negócio:** Veja as Notas 1.2 (b) e 7(a.i) das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. – **Principal assunto de auditoria:** Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia realizou combinações de negócios relevantes, envolvendo a aquisição de controle de determinadas sociedades, registradas de acordo com o método de aquisição, conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil (CPC 15 (R1)). A contabilização dessas transações envolve alto grau de julgamento por parte da Administração, especialmente quanto à identificação e mensuração a valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos. Adicionalmente, a mensuração dos valores justos baseia-se em premissas relevantes e complexas, tais como projeções de fluxos de caixa futuros, taxas de desconto, prazos contratuais e expectativas de desempenho econômico, frequentemente suportadas por laudos de avaliação preparados por especialistas independentes. **Como auditoria endereçou esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: • Entendimento do procedimento adotado pela administração relacionados à determinação do valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos; • Leitura do contrato de compra e venda que deu suporte ao reconhecimento da operação e a aquisição de controle; • Análise, com o auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas, das principais premissas e metodologias utilizadas pela Companhia, que foi produzida com auxílio de especialista externo contratado, na mensuração e alocação do valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos; • Comparamos, com auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, as projeções utilizadas no cálculo disponibilizado pela Companhia com dados projetados, de forma a analisarmos a razoabilidade das premissas utilizadas; • Com o apoio de nossos especialistas, comparamos com informações históricas disponíveis ou com dados observáveis; • Recalculamos, com auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, as projeções preparadas que suportam a determinação dos valores justos com base nas premissas definidas; • Avaliação, com o suporte de nossos especialistas em avaliação, da razoabilidade das metodologias utilizadas nos laudos de valor justo; Avaliamos se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideram todas as informações relevantes. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que a mensuração do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, e as respectivas divulgações, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos nos com a administração à respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 14 de maio de 2026

**KPMG Assurance Services Ltda.**  
CRC 2SP-0276/09/0-9 F SP  
**Juliana de Lira Bilachi**  
Contadora CRC 1SP254945/0-7

**KPMG**

## Publique no Data Mercantil!

*A decisão certa em todos os momentos.*



Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.

☎ **Contato: (11) 3361-8833**

✉ **Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br**

# DATA MERCANTIL

São Paulo



Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 28/05/2026

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: [www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal)

